

ATA DA 39ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.
CNPJ: 17.315.067/0001-18
NIRE: 42.3000 38695



http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XMA30HhRAX4X76GcxvHtA&chave2=Ug8cwmshp_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06971995929-MARLEI GOLDMEYER|03786888710-ANDRE LUIZ REZENDE|07953343975-ELIVELTON LUIZ DORE
09644539915-SANTOS PACHECO ALVEZ|03064822900-PILAR SABINO DA SILVA|98118099768-FABIO DOS SANTOS RIERA
02766421980-FABRICIO SANTOS DEBORTOLI

- 1.DATA, HORA E LOCAL:** dia 08 de junho de 2021, às 08h30min, por Webconferência.
- 2.PRESENÇAS E QUORUM:** Presentes os conselheiros **André Luiz Rezende, Pilar Sabino da Silva e Santos Pacheco Alves**. Secretária *ad hoc*: **Marlei Goldmeyer**. Convidados da SCPAR Porto de Imbituba: **Fábio Dos Santos Riera**, Diretor Presidente acumulando a função de Diretor de Infraestrutura e Logística; **Fabício Santos Debortoli**, Diretor Administrativo e Financeiro; **Elivelton Luiz Doré**, Analista Contábil. Também participaram da reunião **Paulo Sergio da Silva**, e **Parailio Filho**, auditores independentes, Consult Auditores. Com a presença da totalidade dos membros do Conselho, obteve-se quórum para instalação e deliberação, na forma do Estatuto Social da companhia.
- 3.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pela **Sra. Pilar Sabino da Silva**, Presidente do Conselho, e secretariados pela Secretária *ad hoc*, **Srta. Marlei Goldmeyer**.
- 4. ORDEM DO DIA:** (1) Análise dos itens pendentes da 37ª reunião; (2) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do primeiro trimestre de 2021; (3) Análise e discussão do Balancete Acumulado e dos Resultados do primeiro trimestre de 2021; (4) Análise e discussão da execução orçamentária do primeiro trimestre de 2021; (5) Calendário de reuniões (ordinários e extraordinários) do Conselho Fiscal; (6) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.
- 5. DEBATES E EXPOSIÇÕES:** Após cumprimentar a todos os presentes, a Presidente, **Sra. Pilar**, abriu os trabalhos da 39ª reunião do Conselho Fiscal da Companhia dando boas vindas aos presentes. Em seguida, acolhendo sugestão do Sr. Fabricio, organizou a análise da ordem na seguinte sequência: (1º) discussão do item 2 em conjunto com a auditoria independente, (2º) discussão dos itens 3 e 4 em conjunto com a contabilidade, (3º) análise dos 1, 5 e 6 junto com a Diretoria Executiva. Sendo assim, passou a palavra para a auditoria independente tratar do segundo item da pauta. **2) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do primeiro trimestre de 2021;** Após a apresentação do Sr. Paulo Sergio da Silva e do Sr. Parailio Filho, auditores independentes vinculados à Consult Auditores, tratou-se brevemente do plano de trabalho para o ano de 2021 (PIMB 1575/2021, p. 7-9). Ato contínuo, o **Sr. Paulo** discorreu sobre as principais recomendações apresentadas em seu relatório circunstanciado, conforme disposto nas fls. 27-46 do Processo SGPe PIMB 1.886/2021. Esclarecidas as dúvidas, adiante, o grupo discutiu sobre o capital social da empresa. O **Conselho Fiscal**, ainda durante a participação da Auditoria Independente, preveniu, novamente, quanto a valor vultoso contabilizado em reservas pela Companhia (item 2485 do balancete do trimestre, saldo disponível de R\$ 110.559.122,32 frente a Capital Social de, apenas, R\$ 50.000). Houve ponderação, por parte da **Diretoria**, que há indicativos regulatórios específicos de que as reservas não poderiam ou não deveriam ser revertidas ao acionista, porém, o **Conselho Fiscal** alertou que há, por outro lado, determinação legal que indica, como único caminho, a reversão da reserva aos acionistas - regra legal geral: artigo 199, Lei 6.404/76: “O saldo das reservas de lucro, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos”. Assim, fora exarada recomendação de criação de grupo específico, envolvendo, se possível, profissionais da *Holding* e órgãos de controle do acionista majoritário, como exemplo PGE e CGE, para definição quanto à regularização das reservas contabilizadas no Patrimônio Líquido. Encerrado a discussão sobre o capital social, após se colocarem à disposição para apoiar o grupo de trabalho, os auditores independentes foram dispensados da reunião. Dando

Esta folha pertence à ata da 39ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 08 de junho de 2021
Página 1 de 5



continuidade a discussão do tema em pauta, o **Diretor Fabrício** e o **Contador Elivelton** abordaram as ações a serem desenvolvidas a partir das sugestões da Auditoria Independente, a saber: estruturação de previsão dos balanços trimestral de acordo com art. 12 do Decreto Federal 8.945 de 2016. Neste sentido, o **Sr. Fabrício** informou que está sendo estruturado um plano de trabalho em conjunto com o Setor Jurídico para acompanhar esta demanda. Por fim, o **Sr. Santos** expõe que as recomendações da auditoria vem no sentido de qualificar ainda mais os trabalhos da administração, sendo assim, sugere que, se possível, sejam analisadas, e, se for o caso, acatadas as recomendações. Em seguida, a **Sra. Pilar** passou para análise do terceiro e do quarto itens da pauta: **3) Análise e discussão do Balancete Acumulado e dos Resultados do primeiro trimestre de 2021; 4) Análise e discussão da execução orçamentária do primeiro trimestre de 2021;** Dispensada a apresentação, os **Conselheiros** pontuaram os principais aspectos do documento Informações Trimestrais (ITR) da companhia relativas ao primeiro trimestre de 2021 (ITR 1T2021 - processo PIMB 1.886/2021, p.18-26), o qual foi compartilhado no momento da convocação do presente encontro. Inicialmente, o **Conselho** indagou sobre a expectativa de movimentação portuária para o ano de 2021. Em resposta, o Sr Elivelton destacou que trabalham com a expectativa de registrar 6,2 milhões de toneladas neste ano, conforme planejamento estratégico da companhia. Na sequência, após o **Conselho** questionar sobre a política de investimentos adotada no contexto da possível desestatização, o **Diretor Fabrício** tratou sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para a viabilização da obra de recuperação e ampliação do Cais 3. Informou da intenção de adotar travas orçamentárias, e da disponibilidade de crédito por parte do Banco do Brasil. O **Conselho** também questionou sobre a recomendação registrada na ata da reunião anterior, para que a Diretoria acompanhe o processo da extinção da *holding*. Neste sentido, o **Diretor Fabrício** informou que dois colaboradores do Porto fazem parte do comitê de trabalho, o qual identificou diversas falhas de comunicação, inclusive dentro das estruturas do Estado. Recentemente, as secretarias têm entrado na discussão. O foco dos trabalhos do comitê é a melhoria da comunicação, principalmente no sentido de explicar o motivo da desestatização e da necessidade da estruturação do estudo quanto ao modelo de desestatização. Dando continuidade à análise do item 2, o **Conselho** indagou sobre a execução do contrato de dragagem. Tomando a palavra, o **Diretor-Presidente** informou que o contrato em andamento foi aditivado por seis meses e reajustado pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). Neste contexto, o serviço vem sendo executado a contento e com um preço justo. Recentemente, a draga sofreu uma avaria, estando em manutenção pela primeira vez ao longo da execução do contrato, devendo retomar os trabalhos em breve. Quanto a forma de aferição da realização do serviço, o **Diretor-Presidente** afirmou que esta ocorre por meio de batimetria. Em seguida, o Conselho pontuou uma série de observações quanto à análise do balancete do primeiro trimestre (p.3-15), a saber: sobre o item 1.1.01.003: Aplicações Financeiras, o **Conselho Fiscal** expôs sobre a performance das aplicações financeiras, orientando que sejam constantemente estudadas as melhores opções, uma vez que saldo inicial aplicado na Caixa Econômica Federal era do valor de R\$58.300.650,59, tendo o valor adicional de R\$248.001,24 (Taxa provável 0,4254% a.t ou 0,1415% a.m), passando a ser R\$58.774.162,04. Considerando que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de maio foi 0,27%, tal aplicação performou 52,4% desta referência. Caso a aplicação tivesse performance de, ao menos, 100% do CDI teríamos, supostamente, acréscimo de R\$ 225.510,21 no TRI ou R\$ 902.040,85 no ano. Em relação ao item 1.1.02.001 Clientes, o **Conselho** fez a seguinte observação: do saldo total a receber no valor de R\$ 2.116.975,59, o saldo do cliente 1000092 passou de R\$ 2.297,40 para R\$894.588,36, uma evolução de 38.839%, passando a corresponder a 42,26% dos recebíveis, gerando atenção pela concentração. Neste sentido, o **Conselho** recomendou especial atenção do Controle Interno quanto ao citado cliente. De igual forma, mas, por outro lado, observar que o

Esta folha pertence à ata da 39ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 08 de junho de 2021
Página 2 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/07/2021 Data dos Efeitos 27/07/2021

Arquivamento 20218681755 Protocolo 218681755 de 27/07/2021 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 354410556463328

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

27/07/2021

cliente 100083 passou de saldo inicial de R\$1.308.337,52 para R\$142.812,02, diminuição de 89,08% no período, com a relevância diminuindo para 6,74% sobre os recebíveis totais. Neste caso, o **Conselho** sugeriu verificação de oportunidade pela área adm/comercial. Quanto ao item 142 Créditos Suspensos, no valor de R\$ 30.812.462,19, após o **Conselho** indagar sobre a reversão da receita, com as perguntas: “Se houve a suspensão judicial da cobrança, houve, também, o devido ajuste Tributário?” A **Contabilidade** confirmou que sim. Adiante, sobre o item 617 Outros Créditos, 6001 Tomada de contas especial, cujo saldo é R\$ 124.378,49, o grupo rememorou que este tema faz referência a diferença na apuração dos impostos nos anos de 2014. Após ser questionado se o tema em questão foi judicializado, o **Sr. Elivelton** informou que alguns aspectos sim, alguns junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e outros na esfera civil. Por fim, o **Conselho** sugeriu verificar a oportunidade e conveniência quanto à contabilização de crédito ainda não confirmado judicialmente. Em relação ao item 1320 Investimentos convênio de delegação, com saldo disponível inicial de R\$3.616.080,70 e final de R\$4.338.167,86, o **Conselho** ponderou a evolução de 19,96% configurando aumento, possivelmente, tímido frente aos desafios da concessão. Além disso, observou quanto ao equilíbrio necessário de investimentos *versus* resultados, ou seja, aplicação dos recursos na concessão, a fim de evitar o acúmulo de recursos contábeis em contas do Patrimônio Líquido. Quanto ao item 1301 Amortização Acumulada, que evoluiu seu saldo em 7,53%, passando de R\$5.056.948,77 para R\$5.437.599,98, constitui-se enquanto ponto de atenção durante a reunião o fato da Infraestrutura de Segurança corresponder à despesa de amortização de R\$1.252.033,20, ou seja, 23,02% do total e Berços e Cais corresponder, por sua vez, a 19,40%, ou seja, R\$ 1.055.210,95. Ato contínuo, tal questão foi esclarecida pela **Contabilidade**. Outro ponto abordado, se ainda existiam falhas ou despesas não apropriadas como amortização, exemplo, de alguns aparelhos de ar condicionado não amortizados. Questão também esclarecida na reunião. Em relação ao item 1495 Fornecedores Nacionais, conta com os seguintes saldos disponíveis: inicial de R\$1.074.008,06 e final de R\$655.264,73, o **Conselho** afirmou que, num primeiro momento, para ajustar a relevância dos demais fornecedores, retirou do saldo final as despesas obrigatórias reguladas com água (Prefeitura de Imbituba 13.881,89) e Energia Elétrica (CELESC 113.462,03) restando saldo fornecedores ajustado de 527.920,81. Sendo assim, foi selecionado por amostragem o grau de relevância de alguns pequenos fornecedores, a saber: Anísio Alves Moreira Esq Alumínio com 1,23% de relevância; Botega Mont Elétrica 38,67%; Elton Luiz Madeiras EPP 0,45%; Imunizadora Imbituba 2,76%; Neuza Silveira Santos EIRELI 0,77%; T Duarte Costa da Silva 0,45%. Dado este contexto, bem como a ciência da importância econômica da atividade portuária na cidade e existência de legislação que embasa a contratação de pequenas empresas, o **Conselho** reiterou a importância da criação de uma política de fornecedores pela área de *compliance* da empresa. Neste sentido, o **Diretor Fabrício** pontuou que encontra-se em estudo a estruturação da área de *compliance*, também acrescentou que, recentemente, uma empresa não foi contratada devido ao grau de parentesco do proprietário com colaborador da SCPAR Porto de Imbituba. Sobre o itens 1633 Obrigações com Pessoal (saldo disponível final de R\$ 696.164,85) e 7071 Provisões Para Contingências De Natureza Trabalhista (saldo disponível final de R\$ 731.650,80), o **Conselho** observou que, aparentemente, provisão para suprir contingências trabalhistas está acima do valor da própria obrigação em 105,09% gerando, neste ponto, possível ponto de revisão da provisão. Na sequência, a **Sra. Pilar** passou a palavra para a Diretoria Executiva tratar do primeiro item da pauta. **(1) Análise dos itens pendentes da 37ª reunião;** o **Conselho** rememorou a observação registrada na ata da reunião anterior “em tese, o acúmulo de funções administrativas/executivas em apenas 2 membros da Diretoria Executiva poderá ocasionar fragilidades no sistema de controle e gestão de riscos da Estatal, sendo prudente a indicação ao acionista majoritário para preenchimento das vagas,



quando oportuno, ou, alternativamente, caso não seja necessário em termos de custo benefício, que seja promovida salutar atualização do Estatuto da Companhia para funcionamento regular com número reduzido de diretores;” Em seguida, o **Diretor Fabrício** apresentou as principais movimentações do processo PIMB 651/2021, a saber: (i) Recebimento do ofício INSCParPorto/02/2021 (23/02/2021); (ii) Envio do processo para análise ao Presidente do CONSAD (25/02/2021); (iii) análise pelo CONSAD em sua 69ª reunião (30/04/2021); (iv) Envio de Ofício Nº 279/2021 direcionado ao Sr. Afonso Coutinho, Coordenador da Intersindical, demandando indicação dos representantes dos empregados para compor a comissão; (v) recebimento da resposta por meio do Ofício 10_2021 (28/05/2021); e (vi) recepção de sugestão de nomes de possíveis representantes da empresa (01/06/2021). Por fim, informou que o tema será pauta da próxima reunião da DIREX, ato contínuo, será criada uma comissão para realizar a eleição de um representante dos empregados para compor a Diretoria Executiva, conforme previsão estatutária. Ainda com a palavra, o **Diretor Fabrício** discorreu sobre os quatro itens pendentes da reunião anterior, a saber (1.1) Seguro Patrimonial; (1.2) Controle de Estoque; (1.3) Plano de trabalho da auditoria independente; e (1.4) Processos relacionados ao MMC da Santos Brasil. Em relação ao primeiro item, o **Sr. Fabrício** informou que foi realizada nova abertura de processo licitatório para contratação de “Seguro Patrimonial”, tendo o mesmo sido publicado na Folha de São Paulo, no entanto, o certame também ficou sem interessados. Neste sentido, os trabalhos encontram-se em fase de contratação de consultoria especializada em seguros com o seguinte escopo: Inspeção, mapeamento e análise de riscos; Emissão de relatório de melhorias; Avaliação Patrimonial do Valor em Risco; Parecer técnico sobre o perfil de risco da empresa; Elaboração de Termo de Referência para a contratação do seguro patrimonial. Em síntese, o processo PIMB 1875/21 já foi instruído com as propostas, e encontra-se no jurídico para parecer. Quanto ao “Controle de Estoque”, o **Sr. Fabrício** explicou que foram habilitadas novas funções ao Questor, atual ERP. Após a finalização do cadastro da base de itens da engenharia civil, o controle destes itens passou a ser realizado pelo Questor. No momento, as informações dos itens de material da engenharia elétrica estão sendo incluídos no sistema. Em um segundo momento, será avaliado a metodologia de tratamento de material de estoque da T.I. e do SSMA por conta das suas particularidades. Neste sentido, o próximo passo será a definição de normativa formal para entrada e saída de materiais, a qual todos os setores sejam submetidos. Sobre a terceira pendência, “Plano de trabalho da auditoria independente”, o grupo rememorou que o tema foi tratado no início da reunião (PIMB 1575/2021, p. 7-9). Por fim, em relação a quarta pendência, Processos relacionados ao MMC da Santos Brasil, o Diretor Fabrício destacou reunião realizada com a Sra. Flávia Moraes Lopes Takafashi, Diretora do Departamento de Gestão de Contratos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (DGC/SNPTA) para tratar do tema em questão e informou que continuará mantendo o conselho atualizado sobre tal tema. **5) Calendário de reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Conselho Fiscal;** Ficou estabelecido, o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, a saber, 19/08/2021 (Análise do 2º Trimestre) e 18/11/2021 (Análise do 3º Trimestre). Também foi acordado que as extraordinárias serão realizadas conforme necessidade do CONFIS ou da Diretoria Executiva da empresa. Sendo que, para acompanhamento mais próximo do dia-a-dia da atividade portuária, serão organizadas visitas periódicas presenciais, ou seja, *in loco*. Encerrada a pauta, a **Presidente** abriu a palavra para os presentes tratarem de assuntos gerais. **6) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal. 6.1) Tripé de governança, selo verde das obras.** A **Sra. Pilar** ressaltou a importância da preocupação com a abordagem da sustentabilidade, um dos três aspectos da governança, o qual também engloba a Política de incentivo do terceiro setor. Neste sentido, o **Diretor-Presidente** mencionou a iniciativa de distribuição de mudas em comemoração ao dia do Meio Ambiente, 6 de junho. Também comentou sobre o trabalho a ser realizado em conjunto com a prefeitura na rua

Esta folha pertence à ata da 39ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 08 de junho de 2021
Página 4 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/07/2021 Data dos Efeitos 27/07/2021

Arquivamento 20218681755 Protocolo 218681755 de 27/07/2021 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 354410556463328

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

27/07/2021

em frente a antiga Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), a qual demanda limpeza e instalação de lixeiras.

6.DELIBERAÇÕES: Após as discussões dos itens da pauta, o Conselho Fiscal resolveu:

a) sugerir que a auditoria independente realize *in loco* os trabalhos relacionados à análise do próximo trimestre; **b) recomendar** a criação de grupo específico, envolvendo, se possível, profissionais da Holding e órgãos de controle do acionista majoritário, como exemplo PGE e CGE, para definição quanto à regularização das reservas contabilizadas no Patrimônio Líquido; **c) sugerir** que seja dada a devida atenção à atualização dos valores em depósito judicial, as recomendações da auditoria independente, a performance das aplicações financeiras; e a variação da representatividades dos clientes no saldo de receitas; **d) reiterar** a importância da criação de uma política de fornecedores pela área de compliance da empresa; **e) solicitar** que continuem sendo priorizadas as tratativas referentes a contratação do seguro; a automatização do controle de estoque; a realização dos investimentos previstos, à eleição para sanar o número reduzido de diretores, o acompanhamento dos processos relacionados ao MMC da Santos Brasil e à extinção da SCPAR Holding; **f) aprovar** o Balancete da companhia relativo ao primeiro trimestre de 2021; **g) aprovar** o Relatório de Auditoria referente ao primeiro trimestre de 2021; **h) estabelecer** as datas das próximas reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, a saber: 19/08/2021 (Análise do 2º Trimestre) e 18/11/2021 (Análise do 3º Trimestre).

7. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado e nada mais a ser deliberado, a Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata, a ser aprovada e assinada na próxima reunião.

Imbituba, 08 de junho de 2021.

Pilar Sabino da Silva
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

André Luiz Rezende
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Santos Pacheco Alves
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Fábio Dos Santos Riera
Diretor Presidente
(assinado digitalmente)

Fabício Santos Debortoli
Diretor Administrativo e
Financeiro
(assinado digitalmente)

Elivelton Luiz Doré
Agente Portuário - Analista
de Contabilidade
(assinado digitalmente)

Marlei Goldmeyer
Secretária *Ad Hoc*
(assinado digitalmente)





218681755

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A
PROTOCOLO	218681755 - 27/07/2021
ATO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL
EVENTO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL

MATRIZ

NIRE 42300038695
CNPJ 17.315.067/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/07/2021
SOB N: 20218681755

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02766421980 - FABRICIO SANTOS DEBORTOLI - Assinado em 01/07/2021 às 18:18:03
Cpf: 03064822900 - PILAR SABINO DA SILVA - Assinado em 30/06/2021 às 12:53:03
Cpf: 03786888710 - ANDRÉ LUIZ REZENDE - Assinado em 28/06/2021 às 11:19:15
Cpf: 06971995929 - MARLEI GOLDMEYER - Assinado em 24/06/2021 às 18:07:06
Cpf: 07953343975 - ELIVELTON LUIZ DORE - Assinado em 14/07/2021 às 14:55:10
Cpf: 09644539915 - SANTOS PACHECO ALVEZ - Assinado em 25/06/2021 às 09:57:23
Cpf: 98118099768 - FÁBIO DOS SANTOS RIERA - Assinado em 27/07/2021 às 17:52:50



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/07/2021 Data dos Efeitos 27/07/2021

Arquivamento 20218681755 Protocolo 218681755 de 27/07/2021 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 354410556463328

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

27/07/2021